

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Cidade do Sol Alimentos S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Cidade do Sol Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cidade do Sol Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cidade do Sol S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de outubro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC-1SP175536/O-5

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	6	964	17.833
Contas a receber de clientes	6	6	6	31.503	28.688
Estoques	7	-	-	24.788	19.004
Tributos a recuperar	8	41	40	24.328	27.265
Outros ativos		258	258	4.006	7.633
		307	310	85.589	100.423
Não circulante					
Outros ativos		8	20	1.822	1.648
Tributos a recuperar	8	-	-	27.736	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	28.017	-	-
Investimento	9	95.892	38.498	-	-
Direito de uso de ativo	10	-	-	14.836	16.360
Imobilizado	11	75	381	60.145	39.422
Intangível		-	-	1.120	1.412
		95.975	66.916	105.659	58.842
Total do ativo		96.282	67.226	191.248	159.265

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	610	502	46.135	56.112
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	514	959
Obrigações sociais e trabalhistas	14	10	-	6.047	6.137
Impostos e contribuições a recolher		5	5	2.594	2.500
Passivo de arrendamento	10	-	-	5.577	4.181
Adiantamentos de partes relacionadas	16	-	-	23.906	8.891
Outros passivos		1.158	1.264	2.047	2.119
		1.783	1.771	86.820	80.899
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	163	676
Passivo de arrendamento	10	-	-	9.651	12.235
Contingências	15	-	-	115	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	28.017	-	28.017
		-	28.017	9.929	40.928
Total do passivo		1.783	29.788	96.749	121.827
Patrimônio líquido					
Capital social	17	194.675	116.625	194.675	116.625
Prejuízos acumulados		(100.176)	(79.187)	(100.176)	(79.187)
		94.499	37.438	94.499	37.438
Total do passivo e do patrimônio líquido		96.282	67.226	191.248	159.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	18	-	-	352.834	330.450
Custo dos produtos vendidos	19	-	-	(350.631)	(328.400)
Lucro bruto		-	-	2.203	2.050
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	20	-	(1)	(17.254)	(19.903)
Despesas administrativas	21	(937)	(657)	(16.932)	(13.842)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(20.656)	(32.500)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	22	3	-	10.812	904
		(21.590)	(33.158)	(23.374)	(32.841)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(21.590)	(33.158)	(21.171)	(30.791)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	23	(3)	(3)	(1.759)	(2.222)
Receita financeiras	23	604	601	1.941	453
Resultado financeiro, líquido		601	598	182	(1.769)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(20.989)	(32.560)	(20.989)	(32.560)
Despesa imposto de renda e contribuição social	24	-	(7)	-	(7)
Prejuízo do exercício		(20.989)	(32.567)	(20.989)	(32.567)
Ações do capital social - milhares		374.612	365.071	374.612	365.071
Prejuízo por ação no final do exercício - R\$ mil		(56)	(89)	(56)	(89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(20.989)	(32.567)	(20.989)	(32.567)
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(20.989)	(32.567)	(20.989)	(32.567)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado			
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	95.609	965	(46.435)	50.139
Integralização de capital	21.016	-	-	21.016
Baixa do custo atribuído	-	(881)	(269)	(1.150)
Realização do custo atribuído	-	(84)	84	-
Prejuízo do exercício	-	-	(32.567)	(32.567)
Em 31 de dezembro de 2020	116.625	-	(79.187)	37.438
Integralização de capital	78.050	-	-	78.050
Prejuízo do exercício	-	-	(20.989)	(20.989)
Em 31 de dezembro de 2021	194.675	-	(100.176)	94.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(20.989)	(32.567)	(20.989)	(32.567)
Ajuste por:				
Depreciação e amortização	430	226	10.859	8.535
Resultado de equivalência patrimonial	20.656	32.500	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	227	(204)
Resultado líquido na baixa do imobilizado	-	526	886	1.795
Juros, variação cambial e atualização monetária	-	-	1.211	1.244
Provisão para contingências	-	-	115	-
Baixa de custo atribuído	-	(881)	-	(1.150)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	20	(3.042)	(774)
Estoques	-	-	(5.784)	(8.791)
Tributos a recuperar	(1)	(15)	(24.799)	(17.065)
Outros ativos	12	(3)	3.453	(5.442)
Fornecedores	108	481	(9.977)	25.743
Obrigações sociais e trabalhistas	10	-	(90)	1.874
Impostos e contribuições a recolher	-	(573)	94	(8)
Partes relacionadas	-	-	15.015	8.891
Outros passivos	(106)	(117)	72	820
Caixa provenientes (aplicado nas) das operações	120	478	(32.893)	(15.949)
Juros pagos	-	-	(46)	(148)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	120	478	(32.939)	(16.097)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(124)	(479)	(27.270)	(10.065)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(28.017)	-	-
Aumento de capital em investimentos	(50.033)	(21.016)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(50.157)	(49.512)	(27.270)	(10.065)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(958)	(1.181)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(5.735)	(4.838)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	28.017	-	28.017
Integralização de capital	50.033	21.016	50.033	21.016
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.033	49.033	43.340	43.014
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(4)	(1)	(16.869)	16.852
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	7	17.833	981
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	2	6	964	17.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cidade do Sol Alimentos S.A. ("Empresa" ou "Companhia"), com sede no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objetivo a fabricação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios derivados de carnes, principalmente bovinos e suínos, para os quais os principais fornecedores são frigoríficos localizados no território nacional. Atualmente detém a maior parte societária da empresa "Omamori Indústria de Alimentos Ltda.", na qual se concentra 100% de sua produção.

Os produtos revendidos pela Empresa incluem a linha de embutidos, sendo 99 da marca Ceratti (81 em 2019), 3 da marca Bambina (3 em 2019), 23 produtos de revenda nacionais (31 em 2019), 44 de revenda importado (36 em 2019) e 18 produtos de revenda Castrolândia (21 em 2019). O principal produto vendido da Empresa é a mortadela, representando o maior faturamento. O presunto magro foi o produto mais vendido em 2020. Entretanto, a Empresa apresenta volume crescente de vendas das linhas de calabresa cozida, presunto cozido, peito de frango defumado, entre outros.

A Empresa possui sazonalidade, onde normalmente o volume de vendas é maior a partir de maio, crescendo durante o segundo semestre. O primeiro semestre é afetado principalmente pelo período de férias escolares e pela "quaresma" (período entre Quarta-feira de Cinzas e Páscoa).

O ano de 2021, foi impactado gravemente pela segunda onda de Covid, a economia mundial e principalmente no Brasil sofreu com perda do poder aquisitivo dos brasileiros, o que impactou diretamente no consumo dos nossos produtos.

As vendas e revendas da Empresa são concentradas nos canais, tais quais: AS regionais, Cash & Carry e Key Account, diferentemente dos anos anteriores, que eram pulverizadas no médio e pequeno varejo, com cerca de 10.073 clientes ativos. De toda forma, o varejo tradicional ainda comporta boa parte dos volumes e faturamentos negociados no cenário geral.

Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Empresa

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde "OMS", decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global.

Com a disseminação dos casos no Brasil e com políticas de saúde preventivas, a partir da segunda quinzena de março de 2020, alguns estados e municípios, adotaram algumas medidas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, suspensão da prestação de serviços considerados não essenciais e isolamento social, criando assim condições desafiadoras de trabalho.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios da Empresa--Continuação

Neste contexto, a Administração da Companhia, vem adotando medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e as comunidades em que atuam. A Empresa implementou as seguintes medidas:

- Elaboração e adoção de dois novos procedimentos (i) Plano de contingência para infecção humana pelo coronavírus (ii) Higienização de ambientes de trabalho.
- Redução de jornada ou suspensão do contrato de trabalho conforme legislação publicada pelo governo Federal;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Compra, disponibilização e instalação de equipamentos e materiais para higienização pessoal e do local de trabalho.
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento para apoio aos funcionários e disponibilização de canais internos de comunicação, focados no atendimento relativo à pandemia;
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar a comunicação eficiente e assertiva entre os colaboradores de todo o Brasil, no que tange comunicados, reuniões, workshops, treinamentos, etc.

De todo o modo, a Administração avalia de forma constante o impacto que o estado de calamidade pública do país poderá provocar nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas suas informações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021, quando aplicável.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 21 de outubro de 2022.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Cidade do Sol Alimentos S.A. e da controlada Omamori Indústria de Alimentos Ltda. para as datas-bases de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Nas demonstrações financeiras da controladora, o investimento na empresa controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Todos os ativos, passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa referentes a transações entre partes relacionadas foram totalmente eliminados na consolidação.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

a) Moeda funcional e moeda de preparação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Ativo financeiro--Continuação

2.5.1. Classificação--Continuação

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

2.5.4. Impairment de ativos financeiros

i) *Ativos mensurados ao custo amortizado*

Com a adoção do CPC 48 - Instrumentos financeiro (IFRS 9), a Companhia revisou sua metodologia de *impairment* de ativos financeiros. Não há impacto relevante decorrente da mudança na metodologia de *impairment*.

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

2.5.4. Impairment de ativos financeiros--Continuação

i) *Ativos mensurados ao custo amortizado*--Continuação

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*) e Provisão de verba contratual.

2.7. Estoques

Os estoques foram mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é valorizado pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de matérias-primas e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Prazo de depreciação - em anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias	10
Outros equipamentos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9. Ativos intangíveis

a) Programas de computador (softwares)

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Ativos intangíveis--Continuação

a) Programas de computador (softwares)--Continuação

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.10. Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Arrendamentos--Continuação

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.11. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

2.15. Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em meados de abril de cada ano.

2.16. Receita de vendas

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Receita de vendas--Continuação

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB (*"Free on Board"*), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria na unidade da Companhia, para casos de venda CIF (*"Cost, Insurance and Freight"*), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos, multas por atraso e variações cambiais. Os descontos obtidos referem-se a ganhos financeiros obtidos junto a fornecedores de matéria-prima provenientes de desconto comercial para liquidação antecipada de contas a pagar. As despesas financeiras abrangem basicamente descontos concedidos e juros.

2.18. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real tributável anual.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, e distribuídos aos acionistas na proporção das respectivas participações no capital social ou em outra proporção que for deliberada em assembleia de acionistas s; ou ainda; retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados, conforme previsto no Estatuto Social. Adicionalmente, no final do exercício social é contabilizado como passivo nas demonstrações financeiras o dividendo mínimo obrigatório, definido no Estatuto Social, no percentual de 25 %. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve a contabilização de dividendo mínimo obrigatório pelo fato da Companhia apresentar prejuízos acumulados.

2.20. Arredondamento

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.21. Normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.

- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Normas novas que ainda não estão em vigor--Continuação

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, não houve impactos para a Empresa.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 IFRS 4 - Contratos de Seguro emitida em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Normas novas que ainda não estão em vigor--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também o CPC 48 e o CPC 47 na mesma data ou antes da adoção inicial do CPC 50. Essa norma não se aplica à Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Normas novas que ainda não estão em vigor--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Empresa.

Alterações ao IAS 1 e Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 norma correlata ao CPC 26 (R1) e, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Empresa está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia.

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

b) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que a Companhia efetua uma rigorosa análise de crédito de seus clientes. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas e perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional, isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Controladora			
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Passivos com fornecedores	610	-	-	610
Outros passivos	1.158	-	-	1.158
	1.768	-	-	1.768
	Controladora			
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Passivos com fornecedores	502	-	-	502
Outros passivos	1.264	-	-	1.264
	1.766	-	-	1.766
	Consolidado			
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.503	4.589	9.813	15.905
Fornecedores	46.135	-	-	46.135
Outros passivos e partes relacionadas	25.953	-	-	25.953
	73.591	4.589	9.813	87.993
	Consolidado			
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.285	3.855	12.911	18.051
Fornecedores	56.112	-	-	56.112
Outros passivos e partes relacionadas	11.010	-	-	11.010
	68.407	3.855	12.911	85.173

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo financeiro - custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	2	6	964	17.833
Contas a receber de clientes	6	6	31.503	28.688
Outros ativos (excluindo adiantamento)	266	278	5.828	9.281
	274	290	38.295	55.802
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivos financeiros - custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	15.905	18.051
Fornecedores	610	502	46.135	56.112
Outros passivos (excluindo adiantamento)	1.158	1.264	2.047	2.119
	1.768	1.766	64.087	76.282

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2021	2020
Total de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	15.905	18.051
Menos: caixa e equivalente de caixa	(964)	(17.833)
Dívida líquida	14.941	218
Total do patrimônio líquido	94.499	37.438
Total do capital	109.440	37.656
Índice de alavancagem financeira - %	14%	1%

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	-	-	21	22
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2	6	943	17.811
	2	6	964	17.833

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas por investimentos financeiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento inferior a 90 dias, estando sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como de primeira linha.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes nacionais	6	6	28.155	26.137
Outras contas a receber	-	-	3.575	2.551
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(227)	-
	6	6	31.503	28.688

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização das contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes possuem os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	6	6	27.331	25.191
Vencidas				
Até 30 dias	-	-	652	490
De 31 a 60 dias	-	-	265	623
De 61 a 180 dias	-	-	192	373
Acima de 181 dias	-	-	3.290	2.011
	-	-	4.399	3.497
	6	6	31.730	28.688

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Estoques

	Consolidado	
	2021	2020
Produtos para vendas	9.385	7.257
Produtos acabados	5.198	3.641
Produto em elaboração	622	735
Insumos	2.748	1.667
Matérias-primas	1.154	1.839
Materiais de embalagens e almoxarifados	3.680	2.103
Materiais de consumo	2.001	1.762
	24.788	19.004

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
COFINS	-	-	22.786	9.751
ICMS	-	-	22.711	14.078
PIS	-	-	4.951	2.119
Saldo negativo de IRPJ/CSLL	38	23	516	501
IPI	-	-	558	508
Incentivos fiscais de IRPJ/CSLL	3	3	103	103
Impostos a compensar	-	14	-	-
Impostos a recuperar	-	-	439	205
	41	40	52.064	27.265
Ativo circulante			24.328	27.265
Ativo não circulante			27.736	-
			52.064	27.265

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa elaborou um cronograma estimado de realização dos créditos tributários:

Anos de realização

2022	24.328
2023	7.056
2024	7.775
2025	12.905
	52.064

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar -- Continuação

Créditos de impostos são provenientes da operação da Empresa durante o exercício de 2021, sendo que houve um aumento significativo no estoque devido às oportunidades de mercado, que foram analisadas pelo departamento de planejamento da Empresa, gerando uma saída inferior às entradas.

Os valores apresentados parte são provenientes de créditos extemporâneos que representa 19% do montante. Adicionalmente, a Administração da Empresa e com conjunto com o departamento tributário está trabalhando na realização dos respectivos créditos para os próximos exercícios, de acordo com o cronograma estipulada acima.

O crédito tributário foi levantado por uma assessoria jurídica externa referente ao tema "Exclusão do ICMS na base de cálculo de Pis e Cofins", perfazendo, no ano de 2021, o montante de R\$ 9.598. Desse montante, o valor de R\$ 8.938 relativo ao principal foi reconhecido na rubrica Outras receitas operacionais e o valor de R\$ 660 referente a juros foi reconhecido na rubrica Resultado financeiro, líquido.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui os seguintes investimentos na controlada Omamori Indústria de Alimentos Ltda.:

	2021	2020
Patrimônio líquido da controlada	95.892	38.498
Participação (%)	99,999%	99,999%
Investimento	95.892	38.498

A movimentação dos investimentos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é apresentada abaixo:

	2020	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	2021	
Investimento	38.498	78.050	(20.656)	95.892	
	2019	Aumento de capital	Baixa do custo atribuído	Equivalência patrimonial	2020
Investimento	50.251	21.016	(269)	(32.500)	38.498

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Direito de uso de ativos

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil, a Empresa passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O impacto inicial no ativo imobilizado e passivo foi R\$18.021. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. A Administração considerou como taxa incremental 8,3430% para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP), sendo essa da IGPM de 2019. A Empresa registrou em 2021 o valor de R\$ 4.945 (2020 - R\$3.798), como despesa de amortização no resultado.

Premissas para reconhecimento

A Empresa reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Empresa não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxas de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 utilizada foram de 8,3430% ao ano para as operações de imóveis administrativos e veículos (IGP-M).

As operações de arrendamento da Empresa, em vigência em 31 de dezembro de 2021, não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Direito de uso de ativos -- Continuação

Composição e movimentação sumária do direito de uso dos ativos

<u>Direito de uso de ativos</u>	<u>01/01/2020</u>	<u>Remensuração</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>
Fabril	14.316	5.396	(3.461)	16.251
Veículos	268	178	(337)	109
Total no direito de uso de ativo	14.584	5.574	(3.798)	16.360

<u>Direito de uso de ativos</u>	<u>01/01/2021</u>	<u>Remensuração</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2021</u>
Fabril	16.251	2.358	(4.513)	14.096
Veículos	109	1.024	(393)	740
Total no direito de uso de ativo	16.360	3.382	(4.906)	14.836

Composição e movimentação sumária dos passivos de arrendamentos

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>01/01/2020</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Remensuração</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante	3.337	1.096	(4.838)	-	4.586	4.181
Passivo não circulante	11.247	-	-	5.574	(4.586)	12.235
	14.584	1.096	(4.838)	5.574	-	16.416

<u>Passivo de arrendamento</u>	<u>01/01/2021</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Remensuração</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante	4.181	1.165	(5.735)	2.603	3.363	5.577
Passivo não circulante	12.235	-	-	779	(3.363)	9.651
	16.416	1.165	(5.735)	3.382	-	15.228

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve a adição de novos contratos ou baixa de contratos vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não apurou despesa referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Consolidado						
	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e equipamentos	Outros	Construções em andamento	Total
Valor residual em 1º de janeiro de 2020	17.047	8.049	965	484	75	10.245	36.865
Adição	1.745	3	510	169	-	7.331	9.758
Baixa	(3.537)	-	(229)	(163)	(26)	(979)	(4.934)
Depreciação	(2.914)	(1.006)	(161)	(147)	(28)	-	(4.256)
Transferência	8.643	865	399	349	-	(10.256)	-
Estorno da depreciação acumulada	1.708	-	131	124	26	-	1.989
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.692	7.911	1.615	816	47	6.341	39.422
Custo total	43.687	13.655	2.384	1.626	305	6.341	67.998
Depreciação acumulada	(20.995)	(5.744)	(769)	(810)	(258)	-	(28.576)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	22.692	7.911	1.615	816	47	6.341	39.422
Adição	1.244	-	297	255	30	25.444	27.270
Baixa	(49)	-	-	(7)	(2)	(828)	(886)
Depreciação	(3.834)	(1.332)	(222)	(251)	(22)	-	(5.661)
Transferência	1.732	721	66	261	24	(2.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.785	7.300	1.756	1.074	77	28.153	60.145
Custo total	44.882	13.655	2.681	1.874	333	30.957	94.382
Depreciação acumulada	(23.097)	(6.355)	(925)	(800)	(256)	(2.804)	(34.237)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	21.785	7.300	1.756	1.074	77	28.153	60.145

No ano de 2021, o aumento relacionado ao ativo de imobilizado em andamento, refere-se aos projetos de investimento para expansão da fábrica, no montante de R\$ 25.444.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

	Controladora				
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outros equipamentos	Total
Valor residual em 1º de janeiro de 2020	1.497	41	-	-	1.538
Aquisição	479	-	-	-	479
Baixa	(2.682)	(96)	(34)	(6)	(2.818)
Depreciação	(220)	(6)	-	-	(226)
Estorno da depreciação acumulada	1.306	62	34	6	1.408
Saldos em 31 de dezembro de 2020	380	1	-	-	381
Custo total	8.612	171	34	6	8.823
Depreciação acumulada	(8.232)	(170)	(34)	(6)	(8.442)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	380	1	-	-	381
Aquisição	124	-	-	-	124
Depreciação	(429)	(1)	-	-	(430)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	75	-	-	-	75
Custo total	8.736	171	34	6	8.947
Depreciação acumulada	(8.661)	(171)	(34)	(6)	(8.872)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	75	-	-	-	75

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	610	502	42.775	49.158
Fornecedores estrangeiros	-	-	3.360	6.954
	610	502	46.135	56.112

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento final	2021	2020
Financiamento	BNDES	TJLP	3,00%	15/04/2023	651	1.138
Empréstimo	FINAME	Pré-fixado	3,50%	15/01/2022	26	335
Leasing	DEUTSCHE LEASING	Pré-fixado	13,89%	01/03/2021	-	162
Passivo circulante					514	959
Passivo não circulante					163	676
					677	1.635

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento: 2021 a 2023	2021	2020
2021	-	959
2022	514	513
2023	163	163
	677	1.635

Esses contratos contêm compromissos de caráter financeiro e não financeiro, denominados "covenants". As principais cláusulas restritivas destes contratos de financiamento são as seguintes:

- Se o financiador não pagar pontualmente quaisquer prestações previstas nos contratos;
- Prestar informações incompletas ou alteradas, deixar de prestar informações que poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- Se a Companhia ou seu avalista ou garantidor sofrer qualquer tipo de protesto, inclusive cambiário; requerer sua falência; ou insolvência;

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- Sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações assumidas;
- Exceder o limite de crédito;
- Desviar no todo ou em parte, os bens dados como garantia;
- Não manter em dia os seguros dos bens dados em garantia;
- Aplicar os recursos concedidos em finalidade diversa daquela contratada;
- Ceder ou transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do contrato; ou alterar e substituir as garantias constituídas em contrato;
- Inexistência, desatualização ou falsidade das declarações exigidas pelo credor BNDES/FINAME;
- Em decorrência de alteração ou reorganização societária, incluindo modificação de suas atividades ou alteração do objeto social;
- Se na opinião do credor, tiver ocorrido uma alteração materialmente adversa com relação aos negócios, situação financeira, operações ou desempenho;

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de empréstimos.

O quadro abaixo detalha a movimentação dos empréstimos e financiamentos e a composição da dívida líquida:

	Empréstimos bancários			Caixa e equivalentes	Dívida líquida
	Circulante	Não circulante	Total da dívida		
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2020	959	676	1.635	(17.833)	(16.198)
Pagamento de empréstimos (principal)	(959)	-	(959)	-	(959)
Pagamento de empréstimos (juros)	(46)	-	(46)	-	(46)
Transferência para o circulante	513	(513)	-	-	-
Provisionamento de juros	47	-	47	-	47
Outros	-	-	-	16.869	16.869
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	514	163	677	(964)	(287)

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações trabalhistas da Companhia são resumidas como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Provisões para férias e encargos sociais a pagar	3.384	2.896
Provisão para PLR a pagar	1.145	1.687
INSS a recolher	807	722
FGTS a recolher	232	214
Outros	479	618
	6.047	6.137

15. Provisão para contingências

	2021	2020
Cíveis	47	-
Trabalhistas	68	-
	115	-

A movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Cíveis	Trabalhistas	Provisões Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-	-
Provisões adicionais	68	47	115
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68	47	115

Considerando os processos com risco de perda "possível", a Empresa informa que os seus valores equivalem a R\$ 3.128 (R\$ 812 em 31 de dezembro de 2020), substancialmente relacionados com processos trabalhistas.

16. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como determinadas transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a sua investida. Estas operações foram realizadas em condições definidas entre as partes, as quais poderiam ser diferentes caso fossem realizadas junto a terceiros.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Transações com partes relacionadas

Os seguintes saldos e transações foram conduzidas com partes relacionadas conforme detalhadas abaixo:

i) *Contas a pagar - Investida*

	Controladora	
	2021	2020
Omamori Indústria de Alimentos Ltda.	1.158	1.264
	1.158	1.264

ii) *Adiantamentos de clientes - Consolidado*

As transações com partes relacionadas na rubrica Adiantamentos de clientes referem-se ao saldo de adiantamentos da Clean Field Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. e trata-se basicamente de valores oriundos das operações da Empresa.

	2021	2020
Passivo circulante		
Adiantamentos de clientes - Clean Field Indústria e Comércio	23.906	8.891
	23.906	8.891

iii) *Adiantamento para futuro aumento de capital (passivo) - Controladora e Consolidado*

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
R.N.C - Participações Eirelli	-	28.017
	-	28.017

A transação com a parte relacionada na rubrica Adiantamento para futuro aumento de capital, no passivo não circulante, refere-se a adiantamento recebido da controladora R.N.C Participações Eirelli. que foi convertido em capital no exercício de 2021.

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Transações com partes relacionadas--Continuação

v) *Receita com aluguel de máquinas - Controladora*

	Controladora	
	2021	2020
Omamori Indústria de Alimentos Ltda.	600	600
	600	600

A transação com a parte relacionada na rubrica Receita com aluguel de máquinas refere-se ao contrato de arrendamento operacional de máquinas e equipamentos (arrendamento operacional), celebrado entre a controladora Cidade do Sol Alimentos S.A. e a Empresa Omamori. As máquinas e equipamentos objeto deste contrato de arrendamento são utilizados pela Empresa na fabricação de seus produtos.

vi) *Remuneração da Administração - Consolidado*

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de sua controlada são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total de remuneração dos Administradores e Gestores no montante de R\$1.955 (R\$1.415 em 2020) refere-se a salários e honorários da Administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

17. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social era de R\$ 116.625.304, e estava representado por 365.071.396 quotas. Em 2021, o capital social aumentou para R\$ 194.675.703, representado por 374.612.636 quotas, conforme detalhado a seguir:

Quotista	% de participação	Quantidade de quotas		Em reais	
		2021	2020	2021	2020
R.N.C - Participações Eirelli	100,00%	374.612.636	365.071.396	194.675.703	116.625.304
	100,00%	374.612.636	365.071.396	194.675.703	116.625.304

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2021	2020
Vendas de produtos Ceratti	249.002	198.323
Vendas de produtos Bambina	7.012	6.079
Vendas de outras marcas	193.223	201.689
Receita operacional bruta	449.237	406.091
Impostos sobre vendas e serviços	(68.827)	(61.344)
Devoluções	(16.288)	(8.979)
Descontos concedidos	(11.288)	(5.318)
Receita operacional líquida	352.834	330.450

19. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	2021	2020
Custo de matéria-prima	(307.842)	(287.282)
Salários e encargos sociais	(18.706)	(16.611)
Manutenção e reparos de equipamentos	(3.400)	(3.616)
Depreciação e amortização	(8.509)	(6.777)
Outros	(12.408)	(14.114)
	(350.631)	(328.400)

20. Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros	-	-	(5.736)	(8.585)
Transporte (exceto com viagens)	-	-	(6.172)	(5.425)
Previsão para perdas	-	-	(227)	-
Comunicação	-	(1)	(4.559)	(5.393)
Viagens	-	-	(483)	(445)
Outras despesas com vendas	-	-	(77)	(55)
	-	(1)	(17.254)	(19.903)

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(51)	(38)	(9.326)	(7.684)
Despesas com terceiros	(54)	(174)	(3.430)	(3.594)
Administrativos e gerais	-	-	(1.190)	(414)
Despesas com depreciação e amortização	(430)	(255)	(2.584)	(1.960)
Outras receitas (despesas) administrativas	(402)	(190)	(402)	(190)
	(937)	(657)	(16.932)	(13.842)

22. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Recuperação de impostos (i)	-	-	9.141	624
Venda de ativo imobilizado	-	-	23	107
Outras receitas	3	-	1.648	173
	3	-	10.812	904

(*) Crédito tributário foi levantado por uma assessoria jurídica externa referente ao tema "Exclusão do ICMS na base de cálculo de Pis e Cofins", perfazendo, no ano de 2021 o montante de R\$ 9.598. Desse montante, o valor de R\$ 8.938 relativo ao principal foi reconhecido na rubrica Outras receitas operacionais e o valor de R\$ 660 referente a juros foi reconhecido na rubrica Resultado financeiro, líquido.

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Outras receitas	600	600	27	40
Receita com variação cambial	-	-	606	91
Outras receitas financeiras	4	1	1.177	246
Receita com aplicação financeira	-	-	131	76
	604	601	1.941	453
Despesa financeira				
Juros	-	-	(1.182)	(819)
Encargos financeiros não contratuais	(3)	(3)	(124)	(161)
Despesa com variação cambial	-	-	(388)	(1.055)
Desconto concedido	-	-	(7)	(1)
Outras despesas financeiras	-	-	(58)	(186)
	(3)	(3)	(1.759)	(2.222)
	601	598	182	(1.769)

Cidade do Sol Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição sociais correntes

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2021	2020
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.989)	(32.560)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (benefício): Pela alíquota fiscal combinada	(7.137)	(11.070)
Adições e exclusões permanentes:		
Despesas (receitas) não dedutíveis	466	548
Provisão para participação no resultado	(542)	1.162
Lei do bem (MCTI)	547	547
Outros	(746)	(727)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(7.137)	(11.070)
Alíquota efetiva	0%	0%

A Administração não contabilizou a totalidade dos créditos tributários diferidos por entender não reunir todos os elementos necessários para contabilização dos referidos créditos, conforme preconizado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os créditos tributários acumulados não contabilizados em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$32.023 (R\$ 16.056 em 2020).

Administrador
Mauro Santos Preti

Diretor Financeiro
Mauro Santos Preti

Responsável Técnico
Thiago Zorzetto Bataglia
CRC RO-007366/O-9 TSP
Contador